



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
Diretoria de Administração  
Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 120/2022-CTI/DIRAD**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1. Contratação de serviço de fornecimento de Software para realização de pesquisa de preços de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública.

**2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**2.1. Considerações Gerais**

2.1.1. A pesquisa de preços é um procedimento de fundamental importância nas contratações de bens e serviços no âmbito da Administração Pública, em especial, por ser o instrumento capaz de garantir ao poder público a prévia estimativa de seus gastos, bem como, o acompanhamento adequado de sua execução orçamentário financeira.

2.1.2. Por conta dessa peculiaridade, a pesquisa de preço torna-se uma exigência legal e formal, que deve ser cumprida pelos órgãos públicos, antes de celebrarem qualquer tipo de contratação, decorrente de procedimentos licitatórios e/ou contratações diretas, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133 / 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), e em decisões emitidas pelo Tribunal de Contas da União.

2.1.3. Nesta lógica, por ser um procedimento necessário a subsidiar os processos relativos a este tipo de gasto público, e que tem exigência legal para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos, tradicionalmente, tem se consolidado o entendimento de que para que haja a efetividade da pesquisa de preços, se faz necessário que a Administração Pública apure o valor da despesa pretendida, por meio da mensuração de no mínimo 03 (três) orçamentos.

2.1.4. Ocorre que, em alguns casos, essa prática pode tornar o procedimento de compra mais lento e burocrático, devido a algumas barreiras para efetivar essa mensuração de preço, seja pela negativa dos fornecedores e prestadores de serviço em atender à solicitação de cotação de preços; seja pela demora nesse atendimento (quando ocorre), seja em razão de questões relativas às peculiaridades dos objetos a serem contratados ou, ainda, por algumas deficiências relativas aos instrumentos disponibilizados pelo próprio governo federal (como funcionalidades e tempestividade na atualização) .

2.1.5. Nesse sentido, e com vistas a auferir os preços nas aquisições realizadas pela SUDAM com melhor qualidade, rapidez e de forma mais otimizada, pretende-se com realizar a contratação do software especializado nesta etapa do processo.

2.1.6. Este instrumento atenderá as necessidade de, pelo menos, 4 setores da SUDAM: Coordenação de Tecnologia da Informação (CTI), assessoria de Comunicação (ASCOM), Seção de Atividades Auxiliares (SAD) e a Divisão de Infraestrutura e Manutenção Predial (DIMP), ligadas à Coordenação de Gestão Administrativa (CGA), Coordenação Geral de Convênios e Monitoramento

(CGCOM) que tem atividades como a gestão de diversos convênios com os mais variados objetos, sendo de incumbência da SUDAM a verificação de que a instituição da conveniente apresentou cesta de preço aceitáveis e, preferencialmente, a pesquisa de preços para esta comprovação deve envolver o mercado mais próximo ao Estado ou ao Município conveniente, espelhando os valores vigentes nas respectivas localidades. Neste aspecto, os técnicos que estão envolvidos nas atividades dos contratos de convênios precisam de instrumentos e elementos capazes de propiciar avaliação de custo pela Administração.

2.1.7. Assim sendo, essa contratação visa a melhoria na qualidade dos procedimentos administrativos, especialmente, visando dinamizar e tornar mais eficiente a fase de apuração de preços de mercado. Restando, portanto, caracterizada a oportunidade, conveniência, relevância e necessidade da presente contratação.

## 2.2. Necessidade da Contratação por item

CATMAT	ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
4243	01	Contratação de assinatura anual de acesso à ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela administração pública (12 meses)	Serviço	4	R\$ 2.149,50
VALOR TOTAL (ANUAL)			R\$ 8.598,00		

## 2.3. Motivação

2.3.1. Necessidade em ter agilidade na busca de preços, e com o objetivo de trazer maior eficiência e economicidade aos certames licitatórios, o sistema especializado em pesquisa de preços faz-se essencial para o estabelecimento do valor estimado ou máximo da contratação, ou seja, um banco de dados diariamente atualizado, sistematizado por regiões, Estados e Municípios, sendo alimentado com preços obtidos em licitações efetivamente contratadas pelo Poder Público de todo o Brasil.

## 2.4. Alinhamento estratégico

2.4.1. O software de pesquisa de preços é ferramenta importante para velocidade e acurácia na pesquisa de preços realizadas pela SUDAM e está previsto no, previsto no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC-2021/2022, na Necessidade 4 - "Modernizar e atualizar os softwares utilizados pela SUDAM".

## 2.5. Inserção no plano anual de contratações da SUDAM

2.5.1. Item 46 - Código do Item: 4243 Descrição: Empresa Especializada em pesquisa de preços - Serviço - Assinatura de jornais, revistas periódicos. Valor Estimado: **R\$ 8.598,00.**

## 2.6. Critérios ambientais

2.6.1. Trata-se de fornecimento de plataforma que não requer downloads de quaisquer programas, acessível diretamente no navegador, portanto, não há impactos ambientais a serem mitigados no processo de contratação, nem a necessidade de plano de inserção.

## 2.7. Conformidade técnica e legal

2.7.1. Não foram identificadas normas técnicas e legais que os itens desta contratação precisem estar aderentes.

## 2.8. Resultados a serem alcançados

- 2.8.1. Aumento da produtividade na elaboração do estudo técnico preliminar;
- 2.8.2. Aumento da eficiência da instrução processual;
- 2.8.3. Aumento da acurácia na definição de preços médios, medianos e máximos em contratações públicas.

### 3. NATUREZA DO OBJETO

3.1. A solução (licença de uso de software) a ser contratada se enquadra na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do Art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, considerando-se como bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, como disposto neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado.

0.1.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

4.1. Serviço com acesso via internet por meio de site próprio, com sistema de busca de preços e consolidação de informações de licitações praticados no âmbito das administrações públicas;

4.2. Acesso ao serviço autentico por meio de login/senha específicos;

4.3. O sistema de acesso deve ser compatível com sistema operacional WINDOWS, Linux e MacOS a ser operacionalizado em ambiente Web, com emissão de relatórios;

4.4. O Sistema deverá apresentar informações de licitações válidas, de pregões eletrônicos, apresentação de planilhas ou instrumento similar que informe as variações observadas de acordo com pesquisa baseada, principalmente, no sistema compras governamentais ou outros Oficiais;

4.5. Disponibilidade de acesso em 24 horas por dia e 07 dias por semana, independente de dia útil ou feriado;

4.6. Disponibilizar acesso aos serviços de consultoria de Preços, com sistema inteligente de pesquisas, baseado em resultados de licitações adjudicadas e homologadas pela Administração Pública, para facilitar o processo de cotação de preços no mercado;

4.7. Disponibilizar informações atualizadas relativas a valores de referência, Atas de Registro de Preços e consulta facilitada a informações concernentes à elaboração de Editais.

4.8. O sistema deverá fornecer acesso de busca por palavra chave, com diversos mecanismos de filtragem das informações disponibilizadas, tipo: palavra chave, período, marca, UASG, UF, dentre outros possíveis;

4.9. Os preços a serem pesquisados deverão ser fornecidos e acessíveis pelas plataformas de interface dos mais diversos bancos de dados, entre os quais podemos citar: Comprasnet; Licitações-e (Banco do Brasil); BEC-SP, sites de domínio amplo, cotação direta com o fornecedor e tabela SINAPI, dentre outros;

4.10. O preço a ser disponibilizado, via sistema, deverá ter sua referência original com link que redirecione para a publicação oficial ou cópia da publicação, com acesso e salvamento em arquivo tipo PDF;

4.11. O sistema deverá oferecer seleção de preço para comparativo e emissão de relatório de extratos dos preços pesquisados, possibilitando a consulta de preço com período de até 2 anos de publicação;

4.12. O sistema deverá ser atualizado diariamente, com consulta a preços adjudicados e ARP em vigência, contendo dados mais fidedignos possíveis;

4.13. O sistema deverá oferecer opção de cotação direta com o fornecedor, possibilitando o

acesso ao histórico e cadastro comercial dos fornecedores;

4.14. O Sistema deverá permitir a busca de preços por itens que atendam e estejam com consonância com os critérios de sustentabilidade;

4.15. Atender a SUDAM, com técnico disponível para dirimir dúvidas acerca da acessibilidade do sistema, assim como, demonstrar de forma mais rápida as opções e níveis de consulta apresentadas no sistema.

## **5. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

5.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do instrumento contratual para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço/Fornecimento de Bens ou de Nota de Empenho, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.5. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

5.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **6. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

6.1. CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

6.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.5. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## 7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. A vedação de subcontratação justifica-se pelo fato de que se trata da aquisição de softwares que serão entregues pela CONTRATADA já integrados, definitivos e efetivamente operacionais, não necessitando da intervenção ou complementação de outros atores.

## 8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, que será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, em conformidade com o Art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 10. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

10.1. Prazo de entrega do serviço deverá ser de no máximo 10 (dez) dias corridos a partir da emissão da OS (Ordem de Serviço) para o fornecimento do bem.

10.2. Depois de entregue a ferramenta a SUDAM terá 10 dias úteis - prorrogáveis por igual período, para elaborar o aceite provisório, por meio do Termo de Recebimento Provisório;

10.3. Depois do Aceite provisório, a SUDAM terá 10 dias úteis para elaborar o aceite definitivo, por meio do Termo de recebimento Definitivo, no qual atestará que o item atende as especificações técnicas descritas neste TR;

## 11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

11.1.5. Cometer fraude fiscal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 11.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- 11.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 11.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 11.2.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 11.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 11.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 7.1 deste Termo de Referência.
- 11.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;
- 11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.5, 11.2.6 e 11.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 11.4. Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:
- 11.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/99.
- 11.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 11.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 11.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.9. O contrato poderá ser rescindido na forma e situações previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
12. **DO PAGAMENTO**
- 12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do

recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

12.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

12.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

12.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.5. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no Art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, sendo assegurada à contratada a ampla defesa.

12.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.10.1. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

12.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6/100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

### 13. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

13.1. A estimativa de preço tem como finalidade de subsidiar os licitantes na confecção de sua proposta, representando o valor máximo que a SUDAM admite pagar pelo serviço a ser contratado. As licitantes são as únicas responsáveis por valorar os produtos e serviços ofertados, pelas suas descrições e demais informações disponíveis, capazes de propiciar todas as condições necessárias e suficientes à formulação de sua proposta.

13.2. A pesquisa para definir a estimativa de preços para cada item foi realizada com base na Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021.

13.2.1. Parâmetros utilizados de forma combinada - Art. 5º Incisos I e IV;

13.2.2. Método para obtenção do preço estimado: mediana, conforme Art. 6º, obtida a partir de um conjunto de 5 itens.

13.2.3. O detalhamento e comprovações da pesquisa de preços encontram-se disponível nos documentos SEI nº 0462182, 0462185 e 0462183, cujo quadro consolidado é demonstrado na tabela abaixo:

Item	Descrição	Qtd.	Metodologia	Preço de Referência Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela administração pública (12 meses)	4	Mediana	R\$ 2.149,50	R\$ 8.598,00
TOTAL ESTIMADO (R\$)					R\$ 8.598,00

13.3. Isto posto, informamos que a estimativa global de preço da presente contratação é da ordem de R\$ 8.598,00 (Oito mil, quinhentos e noventa e oito reais).

13.4. Importante salientar que outros fornecedores foram consultados, porém considerando que os valores elevados, foram desconsiderados na composição do preço de referência. As comprovações desta consulta também foi anexada, doc 0462186.

### 14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Fonte de Recursos	A ser posteriormente informada pela Unidade Financeira
Programa de Trabalho	A ser posteriormente informada pela Unidade Financeira
Plano Orçamentário	0003 - Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional
Natureza da despesa	3.3.90.30.17



**15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

15.1. O contrato resultante da presente contratação, terá vigência de 12 (Doze) meses, a partir da liberação da senha;

0.2. A senha deverá ser liberada em até 5 dias úteis contados da assinatura do instrumento substituto ao contrato.

**16. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

0.3. O início da execução dos serviços se dará a partir do recebimento definitivo dos serviços e da liberação das assinaturas que viabilizam o acesso a ferramenta.

**17. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

17.1. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no Art. 125 da Lei nº 14.133/2021, desde que não ultrapasse o limite da modalidade, previsto no inciso II, Art. nº 75, da nova LCC.

**18. DO REAJUSTE**

18.1. Por ser tratar de aquisição com pagamento em parcela única, não há possibilidade de reajuste contratual.

**19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

19.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, observadas as exigências contidas no Art. 34 da Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos quanto às especificações do objeto.

**19.2. Modalidade da Licitação**

19.2.1. Dispensa Eletrônica, em razão do valor da estimativa de preço da contratação se enquadrar no Art. 75, Inc. II da Lei nº 14.133/2021.

**19.3. Apresentação da Proposta Técnica**

19.3.1. A proponente deverá, de acordo com o objeto deste Termo de Referência, consignar o valor unitário e total do(s) item(ns) de sua proposta através de planilha de preços.

19.3.2. Nos preços cotados pela proponente, deverão estar inclusas todas as despesas legais incidentes (impostos, taxas, fretes, mão-de-obra, entrega e outros insumos que os compõe), nada sendo lícito pleitear a SUDAM posteriormente a esse título.

19.3.3. As propostas deverão ser apresentadas com prazo mínimo de validade de 30 (trinta) dias.

19.3.4. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, de todas as condições estabelecidas no presente Termo.

19.3.5. A proposta da licitante deverá conter a especificação clara e completa dos itens a serem fornecidos, obedecida a mesma ordem constante neste Termo de Referência.

19.3.6. Somente serão admitidas as propostas que atenderem plenamente às especificações

constantes deste Termo de Referência. Portanto, quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos, não serão aceitos os materiais que forem considerados inferiores pelo requisitante e pela área técnica da SUDAM.

20. **MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

0.4. Obriga-se a contratada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na forma deste Instrumento legal.

21. **CASOS OMISSOS**

0.5. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação pertinente aplicável à espécie, cabendo à Diretoria de administração da SUDAM, sob sugestão da Coordenação de Tecnologia da Informação, dirimi-los.



Documento assinado eletronicamente por **Dieri do Socorro da Silva Eugenio, Analista Técnico Administrativo**, em 27/09/2022, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Matos dos Santos, Diretor**, em 28/09/2022, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0460727** e o código CRC **60FFECBB**.